

GRUPO PARLAMENTAR



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1387/XIV/2ª

IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA A MONITORIZAÇÃO, DESPOLUIÇÃO E VALORIZAÇÃO DO RIO PAIVA E SEUS AFLUENTES

O rio Paiva, típico de montanha, de leito pedregoso e recurvado, nasce na Serra de Leomil (Moimenta da Beira) e corre mais ou menos paralelo ao Douro, mas separado dele pelo maciço do Montemuro e as suas serras vizinhas. Quando este relevo se esbate, o Paiva inflete para Norte para se juntar ao Douro junto a Castelo de Paiva.

Desagua neste concelho Castelo de Paiva (distrito de Aveiro), na margem esquerda do rio Douro, no lugar de Castelo. Abrange, ainda que parcialmente, os concelhos de Arouca, Cinfães, Castro Daire, São Pedro do Sul, Viseu, Sátão, Vila Nova de Paiva e Sernancelhe. Com uma bacia hidrográfica de 77 km² correspondente a uma área de 14 562 ha, tem aproximadamente 110 km de extensão.

Por entre as serras de Leomil, da Lapa, do Montemuro e da Freita, atravessa granitos, xistos e quartzitos. De feição torrencial, os grandes caudais são atingidos nas épocas de maior pluviosidade e abastecidos por muitos afluentes.

No seu troço médio, segue em vale encaixado com encostas revestidas por manchas de pinheiro e eucalipto, por matos e ainda por carvalhais e sobreirais. Em parte deste troço, a orientação do rio, as vertentes de declive elevado e a predominância de substrato xistoso determinam a existência de vegetação de carácter termo-mediterrânico.

Decorrente da sua geomorfologia, o Paiva constitui-se como a melhor pista de águas bravas de Portugal desafiando, os mais aventureiros, a desportos de aventura como o rafting, o kayak (Covelo de Paiva) e a canoagem.

O Vale do Paiva, nomeadamente nas proximidades das suas margens apresenta um grande número e diversidade de espécies tanto no que concerne à fauna como à flora, destacando-se a presença de espécies com medidas de proteção e conservação a nível

européu, tais como a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), a rã-ibérica (*Rana iberica*) e o tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*). Merece ainda destaque a presença de algumas espécies piscícolas endémicas, como a boga (*Chondrostoma polylepis*) e uma das raras populações de mexilhão-do-rio (*Margaritifera margaritifera*) que tinha sido considerada extinta.

As duas espécies ex-líbris do rio Paiva são a lontra e a toupeira-de-água, mamífero que sobreviveu a impressionantes alterações ambientais, ao longo de milhões de anos.

De referir que algumas destas espécies só existem na Península Ibérica (borboleta nêspera-dos-lameiros, boga, bordalo, panjorca, verdernã, toupeira-de-água, salamandra lusitânica, lagarto-de-água) e muitas delas estão ameaçadas, tornando esta uma área de elevada importância para a conservação, confirmada pela classificação do rio Paiva como Sítio de Interesse Comunitário da rede de áreas protegidas da União Europeia (Natura 2000).

Existem diversas ameaças para este rio e para o vale, tais como a proliferação de acácias e outras espécies invasoras, a instalação frequente de povoamentos de monocultura de eucalipto, em particular no troço a jusante, a implementação de empreendimentos hidroelétricos, a exploração de inertes, os fogos, a construção de açudes, as construções clandestinas, a implantação de explorações pecuárias, em particular aviárias, pisciculturas e a florestação de terrenos, outrora agrícolas, sobretudo lameiros, malhadais e cervunais.

Todavia, uma das maiores ameaças para o Paiva e os seus afluentes relaciona-se com a débil rede de saneamento e o mau funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), em particular, nos concelhos de Castro Daire e de Vila Nova de Paiva, onde estas se encontram completamente obsoletas devido a sua idade e falta de manutenção, como a ETAR da Ponte Pedrinha, em Castro Daire.

Na bacia hidrográfica do rio Paiva existem 14 ETAR urbanas. Segundo o Ministério do Ambiente e Ação Climática, tendo em conta os relatórios de autocontrolo de 2019 e 2020 a maioria destas cumpre os Valores Limite de Emissão (VLE), porém continuam a existir ETAR que funcionam de forma irregular, o que tem impedido a renovação dos respetivos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos.

Os Verdes, há mais de uma década que denunciam os atentados ambientais no rio Paiva, em particular, no troço que atravessa o concelho de Castro Daire. Por exemplo, ainda na década anterior, tendo em conta as debilidades da ETAR de Ponte Pedrinha, o PEV apresentou no Orçamento do Estado, uma proposta de dotação orçamental, em

sede de PIDDAC para a reabilitação desta infraestrutura, a qual viria a ser rejeitada pelo PS, PSD e CDS.

Os Verdes endereçaram também um conjunto de perguntas ao Ministério do Ambiente, sobre o mau estado das ETAR e pressionaram a autarquia castrense através de ações locais, comunicados e cartas abertas.

Decorrente desta fiscalização e intervenção constante do PEV e da necessidade de avaliação do cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA) e a GNR reforçaram a fiscalização e monitorização das massas de água na bacia hidrográfica do Paiva, nomeadamente com inspeções à ETAR de Ponte Pedrinha.

Segundo o Ministério do Ambiente e da Ação Climática nos últimos dez anos foram elaborados cinco autos de notícia, que deram origem a cinco processos de contraordenação, dos quais três, no início de 2020, já se encontravam concluídos e outros em fase de instrução.

Na sequência da denúncia constante exercida pelos Verdes, no sentido de resolver os problemas que contribuem fortemente para a poluição do Paiva, o município de Castro Daire, embora com um atraso bastante significativo, deu seguimento à construção de uma nova infraestrutura de forma a substituir a ETAR da Ponte Pedrinha.

A nova ETAR construída no Arinho engloba a construção de 6 estações elevatórias (EE) e vários coletores gravíticos, permitindo a recolha e tratamento das águas residuais de toda a vila de Castro Daire e algumas freguesias limítrofes.

No entanto, com um atraso na sua inauguração, que ultrapassa mais de um ano, as populações continuam à espera que esta entre em funcionamento continuando a sobrecarregar o rio Paiva com efluentes sem o devido tratamento. Segundo o Ministério do Ambiente esta nova infraestrutura aguarda a certificação das instalações elétricas associadas.

Tendo em conta a situação problemática decorrente da contaminação das águas do rio Paiva, no decorrer do ano de 2019, a monitorização das águas superficiais foi reforçada, tendo sido implementado um programa de monitorização específico a montante da ETAR de Ponte Pedrinha e a Praia fluvial de Areinho (Arouca), com o objetivo de avaliar a qualidade microbiológica da água, numa articulação entre várias entidades: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o SEPNA e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN).

As descargas de águas residuais sem o devido tratamento contribuem gravemente para a poluição das águas do rio Paiva, tendo sérias implicações na proteção da biodiversidade do Vale do Paiva, mas também em termos de saúde pública, por ser um

rio fonte de abastecimento de água a milhares de pessoas e bastante procurado para a prática balnear e desportos náuticos.

Por proposta do PEV, no âmbito do Orçamento do Estado o Governo ficou incumbido, através do REACT-EU e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a apoiar as autarquias e os sistemas multimunicipais para a resolução de problemas urgentes de recolha e transporte de águas residuais, bem como apoiar a construção e reabilitação de ETAR e para o tratamento e rejeição de efluentes e melhoria da rede de saneamento.

Atendendo à necessidade de garantir a boa qualidade das águas do rio Paiva e a preservar a biodiversidade e os ecossistemas é imprescindível garantir a entrada em funcionamento da ETAR do Arinho e o reforço da fiscalização e monitorização na bacia hidrográfica do Paiva, de forma a identificar e eliminar ocorrências que prejudiquem as águas deste rio, e por essa via a qualidade de vida da população, o ambiente e as atividades económicas, em particular as ligadas ao turismo de natureza.

Torna-se igualmente necessário que o Governo disponibilize os meios e medidas necessárias, nomeadamente através do REACT-EU e do PRR às autarquias para que estas possam expandir e remodelar a rede de saneamento e tratar as respetivas águas residuais.

A água sendo um elemento indispensável a qualquer forma de vida no planeta, torna-se também um bem a salvaguardar e é essencial que sejam tomadas medidas nesse sentido.

Assim, face ao que foi anteriormente exposto, o Grupo Parlamentar Os Verdes apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República resolve recomendar ao Governo que:

- 1- Reforce as ações de monitorização e fiscalização na bacia hidrográfica do rio Paiva e seus afluentes, de forma a evitar e a dissuadir as descargas ilegais de águas residuais.
- 2- Tome as diligências necessárias, em conjunto com o município de Castro Daire, para que entre em funcionamento a nova ETAR do Arinho, desativando a ETAR da Ponte Pedrinha que não apresenta as condições necessárias para o tratamento dos efluentes.
- 3- Apoie as autarquias na melhoria e expansão da rede de saneamento, na construção e reabilitação de ETAR e na conseqüente valorização ambiental, cultural e paisagística do rio Paiva e seus efluentes.
- 4- Promova medidas e ações de sensibilização dirigidas às empresas, à comunidade escolar e população em geral no sentido de evitar práticas que conduzam à poluição

das águas através de descargas sem o devido tratamento ou da deposição de resíduos sólidos, nomeadamente de resíduos de plástico nas margens dos cursos de água.

5- Desenvolva e implemente um plano de ação para a limpeza dos resíduos sólidos, nomeadamente de plásticos das suas margens, para a despoluição do rio Paiva e seus afluentes e para o controlo e combate à proliferação de espécies invasoras.

Assembleia da República, Palácio de S. Bento, 4 de julho de 2021

Os Deputados

Mariana Silva

José Luís Ferreira